



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR
INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR

LICENCIATURA BI – ETÁPICA EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DISCIPLINA DE : **DIREITO ADMINISTRATIVO**

ANO LECTIVO: 2004 / 2005

REGIME : Anual

CARGA HORÁRIA: (2T+1P)

2.º ANO

DOCENTE : Equiparado a Professor Coordenador Horácio Lopes

A - PROGRAMA

I PARTE – INTRODUÇÃO

1.º

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

I

CONCEITO DE ADMINISTRAÇÃO

1. As necessidades colectivas e a administração pública
2. Os vários sentidos de expressão «administração pública»
3. A administração pública em sentido orgânico
4. A administração pública em sentido material
5. A administração pública e a administração privada
6. A administração pública e as funções do Estado

II

OS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS

7. Generalidades
8. Sistema administrativo tradicional
9. Sistema administrativo de tipo britânico, ou de administração judiciária
10. Sistema administrativo de tipo francês, ou de administração executiva
11. Confronto entre os sistemas de tipo britânico e de tipo francês
12. Evolução dos sistemas administrativos britânico e francês

2.º

O DIREITO ADMINISTRATIVO

I

**O DIREITO ADMINISTRATIVO
COMO RAMO DE DIREITO**

13. Generalidades
14. Subordinação da Administração Pública ao Direito
15. Noção de Direito Administrativo
16. O Direito Administrativo como direito público
17. Tipos de normas administrativas
18. Actividade de gestão pública e de gestão privada
19. Natureza do direito administrativo
20. Função do Direito Administrativo
21. Caracterização genérica do Direito Administrativo
22. Traços específicos do Direito Administrativo
 - a) Juventude
 - b) Influência jurisprudencial
 - c) Autonomia
 - d) Codificação parcial
23. Ramos de Direito Administrativo
24. Fronteiras do Direito Administrativo

II

**A CIÊNCIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO
E A CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO**

25. A Ciência do Direito Administrativo
26. Evolução da Ciência do Direito Administrativo
27. Ciências auxiliares
28. A Ciência da Administração
29. Evolução da Ciência da Administração
30. A Reforma Administrativa

3.º

**AS FONTES DO DIREITO
ADMINISTRATIVO**

31. *Elenco*

PARTE II

A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I

A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA PORTUGUESA

1.º

**A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
DO ESTADO**

I

O ESTADO

- 32. Várias acepções da palavra «Estado»
- 33. O Estado como pessoa colectiva
- 34. Espécies de Administração do Estado
- 35. Administração directa do Estado
- 36. Atribuições
- 37. Órgãos do Estado

II

O GOVERNO

- 38. O Governo
 - a) Principais funções do Governo
 - b) A competência do Governo e o seu exercício
- 39. A estrutura do Governo
 - c) O Primeiro –Ministro
 - d) Os outros membros do Governo
- 40. O funcionamento do Governo
 - e) A coordenação ministerial
 - f) O Conselho de Ministros
 - g) Os Conselhos de Ministros especializados

III

**ÓRGÃOS E SERVIÇOS
DE VOCAÇÃO GERAL**

- 41. Preliminares
- 42. Órgãos consultivos
 - h) A Procuradoria-Geral da República
 - i) O Conselho Económico e Social
- 43. Órgãos de controle
 - j) O Tribunal de Contas

- k) A Inspeção-Geral de Finanças e a Inspeção-Geral da Administração do Território
- 44. Serviços de gestão administrativa
- 45. Órgãos independentes

2.º
A ADMINISTRAÇÃO PERIFÉRICA

I
CONCEITO E ESPÉCIES

- 46. Preliminares
- 471. Conceito
- 48. Espécies
- 49. A transferência dos serviços periféricos

II
A ADMINISTRAÇÃO LOCAL DO ESTADO

- 50. Preliminares
- 51. A divisão do território
 - a) Circunscrições administrativas e autarquias locais
 - b) As divisões administrativas básicas
 - c) A harmonização das circunscrições administrativas
- 52. Os órgãos locais do Estado
 - a) Os magistrados administrativos
 - b) Do Governador Civil em especial
 - c) Funções do Governador Civil no direito português

3.
A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL INDIRECTA

I
CONCEITO E ESPÉCIES

- 53. Noção de administração estadual indirecta
- 54. Razão de ser da administração estadual indirecta
- 55. Caracteres da administração estadual indirecta : aspectos materiais e aspectos orgânicos
- 56. Organismos incumbidos da administração estadual indirecta

II
OS INSTITUTOS PÚBLICOS

- 57. Conceito
- 58. Regime jurídico

59. Espécies

- a) Os serviços personalizados
- b) As fundações públicas
- c) Os estabelecimentos públicos

60. Aspectos fundamentais do regime jurídico dos institutos públicos

61. Natureza jurídica dos institutos públicos

III

AS EMPRESAS PÚBLICAS

62. Considerações preliminares

63. O sector empresarial do Estado

64. Conceito de empresa pública

65. Motivos da criação de empresas públicas

66. Espécie de empresas públicas

67. Regime jurídico das empresas públicas

4.º

A ADMINISTRAÇÃO AUTÓNOMA

I

CONCEITO E ESPÉCIES

68. Conceito

69. Entidades incumbidas da administração autónoma

II

AS ASSOCIAÇÕES PÚBLICAS

70. Preliminares

71. Conceito

72. Espécies

73. Idem : das ordens profissionais em especial

74. Regime jurídico

75. Natureza jurídica

III

AS AUTARQUIAS LOCAIS

A) GENERALIDADES

76. A administração local autárquica

77. Conceito de autarquia local

78. Descentralização, auto-administração e poder local

79. O princípio da autonomia local

80. Espécies de autarquias locais em Portugal

81. Regime jurídico das autarquias locais

B) A FREGUESIA

- 82. Conceito
- 83. Importância da freguesia
- 84. Criação e classificação das freguesias
- 85. Atribuições da freguesia
- 86. Órgãos da freguesia
 - a) A Assembleia da freguesia
 - b) A Junta de freguesia
- 87. As freguesias e as organizações de moradores

C) O MUNICÍPIO

- 88. Conceito
- 89. Importância prática
- 90. Natureza jurídica
- 91. Criação, extinção e modificações de municípios
- 92. Fronteiras, designação, categoria e símbolos dos municípios
- 93. Classificação dos municípios
- 94. Atribuições municipais
- 95. Os órgãos do município
 - a) A Assembleia Municipal
 - b) A Câmara Municipal
 - c) O Presidente da Câmara
- 96. Serviços municipais e serviços municipalizados
- 97. Comunidades intermunicipais de direito público
- 98. As áreas metropolitanas
- 99. A intervenção do Estado na administração municipal

D) A REGIÃO

- 100. Preliminares
- 101. O problema do distrito
- 102. A região como autarquia local
- 103. Confronto entre as regiões continentais e as regiões autónomas insulares
- 104. As atribuições das regiões
- 105. Órgãos das regiões
- 106. Governador civil regional
- 107. O processo de regionalização do Continente

5º
***As instituições particulares
de interesse público***

I
GENERALIDADES

- 108. Conceito
- 109. Espécies

II
**SOCIEDADES DE INTERESSE
COLECTIVO**

- 110. Conceito
- 111. Espécies
- 112. Regime jurídico

III
**PESSOAS COLECTIVAS
DE UTILIDADE PÚBLICA**

- 113. Conceito
- 114. Espécies
- 115. Regime jurídico

CAPÍTULO II
TEORIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
I.
ELEMENTOS DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 116.A organização administrativa

I
**AS PESSOAS COLECTIVAS
PÚBLICAS**

- 117.Preliminares
- 118.Conceito
- 119.Espécies
- 120. Regime jurídico
- 121.Órgãos
- 122.Classificação dos órgãos
- 123.Dos órgãos colegiais em especial
- 124.Atribuições e competência
competência em especial

- a) Critérios de delimitação da competência
- b) Espécies de competência
- 126. Regras legais sobre a competência
- 127. Conflitos de atribuições e de competência

II

OS SERVIÇOS PÚBLICOS

- 128. Preliminares
- 129. Conceito
- 130. Espécies
- 131. Regime jurídico
- 132. Organização dos serviços públicos
- 133. A hierarquia administrativa
 - b) Conceito de hierarquia
 - c) Espécies
 - d) Conteúdo. Os poderes do superior
 - e) idem: Em especial, o dever de obediência

2.

SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

I

CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO

- 134. Conceito
- 135. Vantagens e inconvenientes
- 136. Espécies de desconcentração
- 137. A delegação de poderes. Conceito
 - f) Figuras afins
 - g) Espécies
 - h) Regime jurídico

II

CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

- 138. Conceito
- 139. Vantagens e inconvenientes
- 140. Espécies de descentralização
- 141. Limites da descentralização
- 142. A tutela administrativa: conceito, figuras afins, espécies e regime jurídico

III

INTEGRAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE PODERES

- 143. Conceito
- 144. Vantagens e inconvenientes

- 145.Regime jurídico
- 146.Sujeição à tutela administrativa e à superintendência
- 147.Natureza jurídica da superintendência

3.
OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS
SOBRE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 148. Enumeração
- 149. Limites

PARTE II - O PODER ADMINISTRATIVO
E OS DIREITOS DOS PARTICULARES

CAPITULO I
CONCEITOS FUNDAMENTAIS

§ 1º
O PODER ADMINISTRATIVO

- 1. A separação de poderes
- 2. O poder administrativo : caracterização
- 3. Manifestações do poder administrativo
- 4. Corolários do poder administrativo

§2º
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS SOBRE O PODER ADMINISTRATIVO

- 5. Enumeração
- 6. O princípio da prossecução do interesse público
- 7. Idem : o dever de boa administração
- 8. O princípio da legalidade : noção e excepções
- 9. O princípio do respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos particulares
 - a) a distinção entre direito subjectivo e interesse legalmente protegido
 - b) alcance
- 10. O poder discricionário da Administração : preliminares
 - a) natureza
 - b) fundamento e significado
 - c) âmbito
 - d) limites
 - e) controlo do seu exercício
 - g) Interpretação de conceitos indeterminados

g2) Remissão da lei para regras extra-jurídicas

11. O princípio da justiça : generalidades
 - a) o princípio da igualdade
 - b) o princípio da proporcionalidade
 - c) o princípio da boa fé
 - d) o princípio da justiça em sentido restrito
12. O princípio da imparcialidade

CAPÍTULO II ***O EXERCÍCIO DO PODER ADMINISTRATIVO***

§1º ***INTRODUÇÃO***

13. Modos de exercício do poder administrativo

§2º ***O REGULAMENTO ADMINISTRATIVO***

14. noção
15. espécies
16. distinção entre regulamento e lei
17. distinção entre regulamento e acto administrativo
18. limites do poder regulamentar
19. competência e forma
20. processo de elaboração dos regulamentos
21. publicação
22. vigência dos regulamentos : início
 - a) modificação e suspensão
 - b) inderrogabilidade singular
 - c) termo

E) §3º ***O ACTO ADMINISTRATIVO***

I ***CONCEITO, NATUREZA E ESTRUTURA***

23. Origem e evolução do conceito de acto administrativo
24. Concepções doutrinárias acerca do conceito de acto administrativo
25. Definição de acto administrativo
26. Análise da definição
 - a) Acto jurídico
 - b) Acto unilateral
 - c) Exercício do poder administrativo

- d) Acto praticado por um órgão administrativo
 - e) Acto decisório
 - f) Acto produtor de efeitos jurídicos numa situação individual e concreta
27. Os chamados actos colectivos, plurais e gerais
28. Importância do acto administrativo no estudo do Direito Administrativo
29. Natureza jurídica do acto administrativo ; particular referência ao papel da vontade no acto administrativo
30. Estrutura do acto administrativo ; sua recondução à tripartição elementos, requisitos e pressupostos
31. Menções obrigatórias do acto administrativo

II ***ESPÉCIES***

32. Tipologia dos actos administrativos
33. Actos primários
- a) Actos impositivos
 - b) Actos permissivos; particular referência às pré-decisões
34. Actos secundários
35. Actos instrumentais; dos pareceres em especial
36. Classificações dos actos administrativos
- a) Quanto ao autor: decisões e deliberações ; actos simples e complexos
 - b) Quanto aos destinatários ; actos singulares, colectivos, plurais e gerais
 - c) Quanto aos efeitos ; actos de execução instantânea e actos de execução continuada
 - d) Quanto à respectiva localização no procedimento e hierarquia administrativos : actos definitivos e não definitivos
 - e) Quanto à susceptibilidade de execução administrativa : actos executórios e não executórios
37. Articulação entre as classificações distintivas dos actos em definitivo e não definitivo e em executórios e não executórios.

III ***PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO***

38. Noção
39. Objectivos da regulamentação do procedimento administrativo
40. A codificação das normas do procedimento administrativo
41. Natureza jurídica do procedimento administrativo
42. Princípios fundamentais do procedimento administrativo
43. Espécies de procedimentos administrativos
44. O procedimento decisório de 1.º grau
45. A decisão tácita do procedimento
46. O procedimento decisório de 2.º grau : remissão
47. O procedimento executivo : remissão
48. A actuação da Administração pública sem respeito das formas legais do procedimento : o estado de necessidade e a urgência

IV
VALIDADE, EFICÁCIA E INTERPRETAÇÃO

- 49. Noções de validade e eficácia
- 50. Requisitos de validade do acto administrativo
 - a) Requisitos quanto ao acto administrativo
 - b) Requisitos quanto aos sujeitos; a obrigação de fundamentar e a forma
 - c) Requisitos ao conteúdo e ao objecto
 - d) Requisitos quanto ao fim
- 51. Requisitos de eficácia do acto administrativo
- 52. O problema do caso decidido ou caso resolvido
- 53. Interpretação e integração do acto administrativo

V
INVALIDIDADE

- 54. Preliminares
- 55. A) A ilegalidade do acto administrativo
 - a) os vícios do acto administrativo
 - b) a usurpação de poder
 - c) a incompetência
 - d) o vício de forma
 - e) a violação de lei
 - f) o desvio de poder
 - g) cumulação de vícios
- 56. B) Outras formas de invalidade
 - a) a ilicitude do acto administrativo
 - b) os vícios da vontade no acto administrativo
 - c) o problema da invalidade por vício de mérito
- 57. C) As formas de invalidade : nulidade e anulabilidade
 - a) a nulidade
 - b) a anulabilidade
 - c) âmbito de aplicação da nulidade e da anulabilidade
 - d) idem : os casos de nulidade
 - e) nulidade e inexistência do acto administrativo
 - f) referência à irregularidade
 - g) cumulação de formas de invalidade
- 58. D) Correspondência entre vícios e formas de invalidade
- 59. E) A sanção de actos administrativos ilegais

VI
EXTINÇÃO E MODIFICAÇÃO

- 60. Generalidades
- 61. A revogação
- 62. Figuras afins

- 63. Espécies
- 64. Regime de revogabilidade dos actos administrativos
 - a) Actos insusceptíveis de revogação
 - b) Regime de revogabilidade dos actos válidos
 - c) Regime de revogabilidade dos actos inválidos
- 65. Competência para a revogação
- 66. Forma e formalidades da revogação
- 67. Efeitos jurídicos da revogação
- 68. Da obrigatoriedade de revogação dos actos ilegais
- 69. O fim da revogação
- 70. Natureza jurídica da revogação ; o efeito repristinatório
- 71. A suspensão do acto administrativo
- 72. Rectificação do acto
- 73. Ratificação, reforma e conversão do acto administrativo

VII ***EXECUÇÃO***

- 74. Generalidades
- 75. Princípios gerais da execução
- 76. Condições da execução
- 77. Fins e formas da execução
 - a) Execução para pagamento de quantia certa
 - b) Execução para entrega de coisa certa
 - c) Execução para prestação de facto

§4º ***O Contrato administrativo***

I ***CONCEITO***

- 78. Preliminares
- 79. Origem histórica e razão de ser do contrato administrativo
- 80. Admissibilidade da figura do contrato no direito público
- 81. Âmbito do contrato administrativo :
 - a) evolução histórica
 - b) Conceito
 - c) Utilização da figura do contrato administrativo

II ***ESPÉCIES***

- 82. Principais espécies de contratos administrativos
- 83. Empreitada de obras públicas
- 84. Concessão de obras públicas

- 85. Concessão de serviços públicos
- 86. Concessão de exploração do domínio público
- 87. Concessão de uso privativo do domínio público
- 88. Concessão de exploração de jogos de fortuna ou azar
- 89. Fornecimento contínuo
- 90. Prestação de serviços para fins de imediata utilidade pública
- 91. Outras espécies de contratos administrativos
- 92. Classificações dos contratos administrativos

§ 5º

O EXERCÍCIO DO PODER ADMINISTRATIVO E A RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO

- 93. Preliminares
- 94. Conceito
- 95. Responsabilidade por actos de gestão privada
- 96. Responsabilidade por actos de gestão pública
 - a) Responsabilidade por facto ilícito culposo
 - b) Responsabilidade pelo risco
 - c) Responsabilidade por facto lícito

CAP III – GARANTIAS DOS PARTICULARES

I - GARANTIA EM GERAL

- 97. Conceito e espécies
- 98. Algumas classificações gerais

II – GARANTIAS GRACIOSAS

- 99. Conceito
- 100. Espécies
 - a) Garantias petitorias
 - b) Garantias impugnatórias
 - c) Queixa ao Provedor de Justiça
- 101. Garantias petitorias
 - a) Direito de petição
 - b) Direito de representação
 - c) Direito de queixa
 - d) Direito de denúncia
 - e) Direito de oposição administrativa
- 102. Garantias impugnatórias
 - a) Reclamação

- b) Recurso hierárquico (espécies e regime jurídico)
 - c) Recurso hierárquico impróprio
 - d) Recurso tutelar
103. A queixa ao Provedor de Justiça

III - GARANTIAS CONTENCIOSAS

104. Contencioso Administrativo : conceito e princípios fundamentais ; órgãos de jurisdição administrativa fiscal
105. As partes – especial menção à legitimidade
106. Os processos não urgentes:
- a) A acção administrativa comum : formas e pertensões dedutíveis;
 - b) A acção administrativa especial : impugnação de actos administrativos; condenação à prática dos actos devidos ; impugnação de normas; declaração de ilegalidade por omissão.
107. A transição da acção administrativa especial
108. Os processos urgentes: contencioso eleitoral; contencioso pré-contratual; processos de intimação para a prestação de informações, consulta de processos e paragem de certidões; processos de intimação para prestação de direitos, liberdades e garantias.
109. Os processos cautelares : noção, propositura e tipos;
110. Recursos jurisdicionais: modalidades e regime aplicável
111. Processos executivos : generalidades; modalidades quanto ao fim (para prestação de factos ou de coisas, para pagamento de quantia certa e para execução de sentenças de anulação de actos administrativos)
112. Arbitragem: matérias que a ela podem ser submetidas; o compromisso arbitral ; as decisões arbitrais (impugnação e execução); os centros de arbitragem

B – REGIME DE AVALIAÇÃO

Média não inferior a 10 valores nas quatro frequências (duas em cada semestre) faculta a dispensa de exame, com a consequente aprovação, desde que a nota obtida em qualquer das frequências nunca seja inferior a 7 valores.

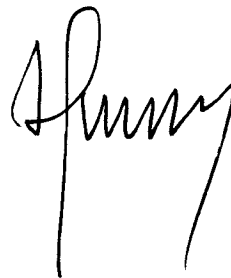
No exame escrito :

- A classificação inferior a 7 valores implica reprovação
- A classificação compreendida entre 7 e 9 valores implica a prestação da prova oral ;
- A classificação de, pelo menos, 10 valores faculta a dispensa de prova oral, com a consequente aprovação.
- No exame oral, aprovação depende da obtenção de classificação não inferior a 10 valores.

C – BIBLIOGRAFIA

- DIOGO FREITAS DO AMARAL, “Curso de Direito Administrativo”, vols. I, e II, 2001, Almedina

- MARCELO REBELO DE SOUSA, “Lições de Direito Administrativo”, Lisboa, 1994/19945
- MARCELO CAETANO, “Manual de Direito Administrativo, Vols. I, e II, 10.º e 9.º edições, respectivamente;
- MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA, “Direito Administrativo”, 2ª ed., Coimbra, 1984
- MÁRIO AROSO DE ALMEIDA, “O Novo Regime do Processo nos Tribunais Administrativos”, Almedina, 2003
- JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE “Direito Administrativo e Fiscal “Coimbra, 1996 (lições policopiadas)
- AFONSO QUEIRÓ, “Lições de Direito Administrativo, “2ª ed., Coimbra, 1976
- ROGÉRIO SOARES, “Direito Administrativo”, Coimbra, 1978
- GUILHERME DA FONSECA, “Direito Administrativo” (sumários desenvolvidos), policopiados, Lisboa, 1993
- JOSÉ MANUEL SÉRVULO CORREIA, “Noções de Direito Administrativo”, vol.2 Lisboa, 1982

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. M. S. Correia', written in a cursive style.